



Demonstrações Financeiras 2022/2

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório do Auditor Independente, o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DMPL, a DFC, a DRA e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 08/03/2023, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Edson Elvio Arrial
Diretor Executivo
CPF: 486.705.610-34

Vilma Aparecida Dos Santos Ribeiro
Diretora de Operações
CPF: 390.248.731-34

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20





Demonstrações Financeiras 2022

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Univales - Sicredi Univales
MT/RO**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO
Juína - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 27 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

Relatório da Administração

Nossa jornada completou seus 120 anos no Brasil em 2022, a partir da fundação da primeira cooperativa de crédito, em 28 de dezembro de 1902. O objetivo da primeira cooperativa foi melhorar as condições de vida das pessoas que viviam naquela comunidade e ele segue atual, fazendo parte do nosso propósito e das nossas ações. Colaborar com o desenvolvimento e a transformação social das regiões onde atuamos é uma das nossas premissas desde a nossa fundação. Isso se dá por meio de iniciativas que entregam um relacionamento diferenciado, cooperativo, e que refletem os valores do cooperativismo, como solidariedade, transparência, responsabilidade e sustentabilidade.

Cenário Econômico

No ano de 2022 vimos um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas commodities. Como resposta a esse cenário, os Bancos Centrais do mundo inteiro decidiram adotar uma postura de aperto monetário, dando início ao ciclo de alta de juros global. O destaque foi o Federal Reserve (o Banco Central dos EUA) que iniciou seu ciclo de alta de juros em março deste ano com os fed funds na faixa entre 0,00% e 0,25% e encerrou o ano de 2022 na faixa entre 4,25% - 4,50%, e deve continuar subindo os juros em 2023. O efeito do aumento da taxa de juros nas economias avançadas contribuiu para reprecificação dos ativos de risco pelo mercado e o aumento da perspectiva de redução do crescimento mundial.

No Brasil, o ciclo de aperto monetário começou no início de 2021, e por conta disso, os dados de inflação já apontam uma tendência desinflacionaria. De fato, o Banco Central encerrou o ciclo de alta de juros com a Selic a 13,75% a.a. e deve seguir neste patamar elevado até metade do ano que vem. O efeito da reabertura na atividade econômica influenciou o bom crescimento do PIB no primeiro semestre de 2022, principalmente pelo avanço dos setores de serviços. Porém, a atividade econômica já vem apresentando sinais de acomodação à medida que o efeito da reabertura se esgota e os efeitos da política monetária restritiva se tornam mais evidentes. Além disso, vale destacar a condição da renda das famílias. Se por um lado, a melhora do mercado de trabalho contribuiu para o crescimento da renda, com a população ocupada atingindo recorde de crescimento e a taxa desemprego passando de 11,2% em janeiro de 2022 para 8,2% na leitura de outubro, por outro, a entrada desses trabalhadores foi acompanhada pelo aumento da inadimplência e do endividamento das famílias, visto o encarecimento do crédito e a escalada dos preços. Por fim, o ano de 2022 se encerra com um novo presidente eleito e preocupações com a política fiscal que será executada nos próximos anos.

Acreditamos que podemos contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais próspera

Somos uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento dos nossos associados e com o desenvolvimento das regiões onde atuamos. Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros, que vão desde conta corrente e cartões até investimentos, seguros, consórcios, máquina de cartões e conta 100% digital, atendendo pessoas físicas, jurídicas e produtores rurais. No nosso modelo de atuação, os recursos captados são reinvestidos na região. Assim, impactamos positivamente a comunidade, estimulando a geração de renda e o crescimento sustentável. Nossos associados são os verdadeiros donos do negócio, com direito a participação nos resultados e nas decisões das cooperativas por meio de voto. Durante esse período, destacamos os seguintes fatos administrativos:

- * A agenda comercial do ano de 2022 foi realizada com o apoio da área de comunicação e marketing em diversas frentes, como whatsapp oficial do Sicredi, SMS e captura de leads através do impulsionamento em redes sociais, buscando públicos que não seriam facilmente alcançados nas mídias tradicionais.
- * No que tange ao crédito, foram realizadas diversas ações com lotes pré-aprovados ao longo do ano, que possibilitaram maior eficiência nas conversões de oportunidades e menor comprometimento da liquidez de nossa Instituição.
- * Foi lançada uma oferta exclusiva para o público Pessoa Física Urbano com isenções de cartões e cashback mediante o uso do cartão. A mesma oferta foi realizada na aquisição de cartões de crédito para o público Pessoa Jurídica. Tais mudanças permitiram conquistar mais de 15.000 novos associados em 2022, sendo o maior incremento percentual dos últimos três anos (20%).
- * Foram realizadas diversas ações para conquista de investimentos oriundos do mercado, o que gerou um incremento aproximado de R\$ 250 milhões em depósitos a prazo, injetados diretamente em nossa liquidez.
- * Em relação à ganho de eficiência e experiência, estamos iniciando a centralização e automação de atividades do negócio, para ganhar escala de crescimento e proporcionar uma melhor experiência aos nossos associados.
- * Foram mantidas as ações que visam o aumento da produtividade comercial e diversificação de receitas.
- * Inauguradas novas agências em Rondônia (área de expansão de nossa cooperativa) e abertura de nosso escritório de negócios em Porto Velho, marcando a chegada do Sicredi na Capital do Estado.

Valorizamos as pessoas e a diversidade

Nosso compromisso com o desenvolvimento e impacto positivo nas regiões onde atuamos são premissas desde a nossa fundação. A seguir listamos algumas iniciativas realizadas em 2022:

* A Cooperativa manteve seu principal programa de Educação Cooperativa como prioridade, para ouvir os associados e as pessoas, e disseminar o Cooperativismo. Foram mais de 5.400 participantes do Programa Crescer, no formato presencial e digital. Com relação à Educação Financeira, a Cooperativa ampliou suas iniciativas chegando à formar mais de 9.790 pessoas, seja através dos Gibis da Turma da Mônica, com o Programa Cooperação na Ponta do Lápis nas Escolas, ou na formação de jovens e adultos, das mais variadas profissões e segmentos, tratando do tema finanças pessoais sob o viés do comportamento e hábitos de consumo e sua relação com a prosperidade sonhada pelas famílias. Iniciamos ainda uma Jornada de Educação Financeira nas Escolas, onde formamos mais de 90 professores para que estes incluam como disciplina extra curricular para mais de 1.600 alunos de 12 escolas.

* Expansão do Programa A União Faz a Vida. O Programa passou de 7 para 13 municípios e realizamos a articulação para a adesão de mais 3 municípios para atuar com a parceria em 2023, sendo conquistada a adesão de 2 dos 3 articulados, ampliando esta rede de compromisso por uma educação inclusiva, cidadã e cooperativa e transformadora para 15 cidades na área de atuação da Cooperativa em Mato Grosso e Rondônia. O impacto chegou à 13.148 pessoas, entre alunos e professores.

* Com o Fundo Social, foram apoiados 30 projetos pela Cooperativa, protagonizados pela comunidade, que fazem a diferença na vida das pessoas, permeando iniciativas de cooperação, educação e desenvolvimento local.

* Na linha da liderança jovem e de mulheres na governança, celebramos o ingresso de 139 novos coordenadores de núcleo para atuação no próximo ciclo, e deles 22,3% são jovens associados e 28% são mulheres associadas, representando as vozes dos nossos mais de 90 mil associados, visando melhorar a atuação da Cooperativa, sendo os verdadeiros porta-vozes e embaixadores do cooperativismo na comunidade.

Reconhecimentos

Há mais de 10 anos, figuramos em alguns dos mais reconhecidos rankings e premiações nacionais, tais como: Melhores e Maiores, da Revista Exame, Valor 1000, do Valor Econômico, Melhores Empresas para Trabalhar, da Revista Você S/A, rankings do Banco Central e BNDES. Em 2022 tivemos a avaliação corporativa elevada pela Moody's. O Sicredi conquistou o rating mais alto da agência, passando de AA+ para AAA, comprovando que tem um dos perfis de crédito mais seguros e menos arriscados avaliados pela agência de classificação de risco. Além disso, fomos reconhecidos como a 4º melhor Instituição Financeira em ranking divulgado pela Revista Forbes, mesma que nos cita como a melhor instituição financeira do Brasil no atendimento físico e digital.

Agradecemos aos nossos associados, colaboradores e parceiros pela dedicação e trabalho contínuo. Juntos seguiremos construindo uma sociedade mais próspera.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO
CNPJ/MF nº 70.431.630/0001-04

ATIVO		31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		3.149.293	2.185.230	PASSIVO		2.686.292	1.792.306
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	14.465	17.709	DEPÓSITOS	(Nota 11)	1.416.632	1.059.897
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.155.760	2.176.849	Depósitos à vista		410.337	454.412
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	16.509	17.161	Depósitos interfinanceiros		230.841	132.930
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	1.003.307	280.987	Depósitos a prazo		775.454	472.555
Centralização financeira	(Nota 04)	107.295	170.395	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.088.789	588.321
Relações interfinanceiras ativas		64	635	Relações interfinanceiras	(Nota 12)	1.025.048	573.710
Operações de crédito	(Nota 07)	1.896.802	1.603.547	Obrigações por empréstimos	(Nota 13)	7.136	8.831
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	131.783	104.124	Outros passivos financeiros	(Nota 14)	56.605	5.780
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(88.706)	(52.256)	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 15)	724	639
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	8.769	6.788	OUTROS PASSIVOS	(Nota 16)	180.147	143.449
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	53.491	30.281				
INTANGÍVEL	(Nota 10)	5.514	5.859	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 17)	463.001	392.924
				CAPITAL SOCIAL		133.133	118.469
				RESERVAS DE SOBRAS		284.914	237.369
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		44.954	37.086
TOTAL DO ATIVO		3.149.293	2.185.230	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.149.293	2.185.230

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO
CNPJ/MF nº 70.431.630/0001-04

Descrição das contas		01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		258.570	444.583	204.139
Operações de crédito	(Nota 07)	193.716	348.273	183.599
Resultado de títulos e valores mobiliários		49.277	70.235	12.735
Ingressos de depósitos intercooperativos		15.577	26.075	7.805
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(147.442)	(244.700)	(62.131)
Operações de captação no mercado	(Nota 20)	(66.803)	(112.624)	(20.686)
Operações de empréstimos e repasses		(50.494)	(78.461)	(21.770)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(30.145)	(53.615)	(19.675)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		111.128	199.883	142.008
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(45.558)	(77.890)	(48.127)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	(Nota 21)	30.360	57.754	52.374
Rendas de tarifas bancárias		5.811	11.516	10.403
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 22)	(37.219)	(64.279)	(45.423)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 23)	(36.457)	(67.342)	(49.900)
Dispêndios e despesas tributárias		(182)	(311)	(296)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 24)	15.595	26.510	14.997
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 25)	(23.466)	(41.738)	(30.282)
RESULTADO OPERACIONAL		65.570	121.993	93.881
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		65.570	121.993	93.881
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 18)	227	-	4
Provisão para Imposto de Renda		137	-	4
Provisão para Contribuição Social		90	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(7.132)	(12.627)	(8.393)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES		58.665	109.366	85.492

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO

CNPJ/MF nº 70.431.630/0001-04

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2021	115.825	198.188	2.500	20.961	337.474
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(15.015)	(15.015)
Destinações para reservas	-	5.803	-	(5.803)	-
Outras destinações	-	-	-	(143)	(143)
Capital de associados					
Aumento de capital	5.020	-	-	-	5.020
Baixas de capital	(6.859)	-	-	-	(6.859)
Reversões de reservas	-	-	(2.500)	-	(2.500)
Resultado do exercício	-	-	-	85.492	85.492
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(3.708)	(3.708)
Juros sobre o capital próprio	4.483	-	-	(4.588)	(105)
Reserva legal - Estatutária	-	33.378	-	(33.378)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	-	-	(6.732)	(6.732)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	118.469	237.369	-	37.086	392.924
Mutações do Exercício	2.644	39.181	(2.500)	16.125	55.450
Saldos no início do exercício em 01/01/2022	118.469	237.369	-	37.086	392.924
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(29.636)	(29.636)
Destinações para reservas	-	7.086	-	(7.086)	-
Outras destinações	-	-	-	(364)	(364)
Capital de associados					
Aumento de capital	7.441	-	-	-	7.441
Baixas de capital	(6.395)	-	-	-	(6.395)
Resultado do exercício	-	-	-	109.366	109.366
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(4.495)	(4.495)
Juros sobre o capital próprio	13.618	-	-	(14.191)	(573)
Reserva legal - Estatutária	-	40.459	-	(40.459)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	-	-	(5.267)	(5.267)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2022	133.133	284.914	-	44.954	463.001
Mutações do Exercício	14.664	47.545	-	7.868	70.077
Saldos no início do semestre em 01/07/2022 (Não auditado)	118.144	244.455	-	50.701	413.300
Destinação resultado exercício anterior					
Capital de associados					
Aumento de capital	4.200	-	-	-	4.200
Baixas de capital	(2.829)	-	-	-	(2.829)
Resultado do semestre	-	-	-	58.665	58.665
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(4.495)	(4.495)
Juros sobre o capital próprio	13.618	-	-	(14.191)	(573)
Reserva legal - Estatutária	-	40.459	-	(40.459)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	-	-	(5.267)	(5.267)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2022	133.133	284.914	-	44.954	463.001
Mutações do Semestre	14.989	40.459	-	(5.747)	49.701

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO
CNPJ/MF nº 70.431.630/0001-04

	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	88.469	166.235	106.572
Resultado do semestre/exercício	58.665	109.366	85.492
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	29.804	56.869	21.080
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	30.147	53.615	19.674
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	-	(50)	(35)
Depreciação e amortização	3.900	7.515	5.904
Baixas do ativo permanente	155	199	270
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	97	85	(1.025)
Destinações ao FATES	(4.495)	(4.495)	(3.708)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(1.954)	214.690	(161.244)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	9.521	652	(7.321)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(170.082)	(340.424)	(113.903)
Redução em relações interfinanceiras ativas	15.576	571	674
(Aumento) em operações de crédito	(57.697)	(310.420)	(702.816)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	142.357	451.338	279.044
(Aumento) em outros ativos financeiros	(12.193)	(27.659)	(42.257)
(Aumento) em outros ativos	(511)	(1.931)	(408)
Aumento em depósitos	42.915	356.735	367.727
Aumento em passivos financeiros	1.421	50.825	632
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(872)	(1.695)	108
Absorção de dispêndios pelo FATES	(3.960)	(5.810)	(1.841)
Aumento em outros passivos	31.571	42.508	59.117
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	86.515	380.925	(54.672)
Aquisição de imobilizado de uso	(16.244)	(28.832)	(14.826)
Aplicações no intangível	(1.232)	(1.747)	(1.595)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(17.476)	(30.579)	(16.421)
Integralização de capital	4.200	7.441	5.020
Baixa de capital	(2.829)	(6.395)	(6.859)
Juros ao capital próprio	(573)	(573)	(105)
Distribuição de Sobras	-	(30.000)	(15.158)
Reversões de reservas	-	-	(2.500)
Reserva Legal - Recuperação de prejuízo	(5.267)	(5.267)	(6.732)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(4.469)	(34.794)	(26.334)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	64.570	315.552	(97.427)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	578.497	327.515	424.942
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	643.067	643.067	327.515

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO
CNPJ/MF nº 70.431.630/0001-04

	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Resultado líquido do exercício	58.665	109.366	85.492
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	58.665	109.366	85.492

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi (“Sicredi”). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 11/03/1993 e sede situada na Avenida Mato Grosso, 690N, na cidade de Juína - Mato Grosso. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2022, está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2454 pontos ativos, dos quais a Cooperativa opera em 32 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. (“SicrediPar”) – a Confederação das Cooperativas do Sicredi (“Confederação Sicredi”), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco”).

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27 ,33 (R1) e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2023.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 2.549 (2021 - R\$ 1.469) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa, não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.

- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata-die* , segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata-die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 16%, em atendimento a Medida Provisória nº 1.115, publicada em 29 de abril de 2022, que elevou a alíquota em um ponto percentual e produzindo efeitos durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.
O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente.
O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstração Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expresas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	14.465	17.709
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	521.307	139.411
Centralização financeira	107.295	170.395
Total	643.067	327.515

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2022 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2021 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2022				31/12/2021
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	16.509	16.509	17.161
Total	-	-	16.509	16.509	17.161

Total circulante	-	3.503
Total não circulante	16.509	13.658

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa refere-se a operações para cobrir as antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na adquirência, com taxa de remuneração entre 100% e 105% do CDI.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2022				31/12/2021
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - CPR	11.177	170.166	241.970	423.313	99.479
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	172.837	-	-	172.837	44.145
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	348.470	-	-	348.470	95.266
Participações de Cooperativas	-	-	58.687	58.687	42.097
Total	532.484	170.166	300.657	1.003.307	280.987

Total circulante	702.650	165.990
Total não circulante	300.657	114.997

A partir de julho de 2022, o BACEN estabeleceu, através da Instrução Normativa BCB Nº 268 de 01 de abril de 2022, que as participações de cooperativas, anteriormente apresentadas na rubrica de outros investimentos, passam a ser classificadas em títulos e valores mobiliários.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos *spreads* de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na ANBIMA.

a) Participações de cooperativas

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2022	31/12/2021
Sicredi Participações S.A.	18.024	18.024
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	40.662	24.072
Total	58.687	42.097

Apresentamos abaixo os números de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais dos investimentos em dezembro de 2021, os quais passaram a ser apresentados, em dezembro de 2022, em títulos e valores mobiliários participações de cooperativas:

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Número de ações/quotas possuídas	5.937.956 ON	5.937.956 ON	1	1	40.662.095	24.071.953
	12.085.979 PN	12.085.979 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,56%	0,85%	0,62%	0,62%	7,26%	7,12%
Capital social	3.208.211	2.108.211	161	161	559.963	337.972
Patrimônio líquido	3.298.737	2.111.744	369.267	368.071	570.217	344.471
Resultado líquido do exercício	115.902	(15.246)	1.195	33.761	(2.064)	-
Valor das participações das cooperativas	18.024	18.024	1	1	40.662	24.072

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2022					31/12/2021
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	29.548	266.088	401.111	437.416	1.134.163	930.727
Financiamentos	1.710	36.175	100.255	185.027	323.167	253.450
Financiamentos rurais e agroindustriais	194	22.042	131.550	284.729	438.515	419.370
Financiamentos habitacionais	-	11	24	922	957	-
Total das operações de crédito	31.452	324.316	632.940	908.094	1.896.802	1.603.547
Avais e fianças honrados (Nota 08)	640	1	-	-	641	191
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	-	7	72	40	119	304
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	87.299	31.381	202	118.882	93.398
Total de outros créditos	640	87.307	31.453	242	119.642	93.893
Carteira total	32.092	411.623	664.393	908.336	2.016.444	1.697.440

Total circulante	1.108.108	833.028
Total não circulante	908.336	864.412

Os valores de títulos e créditos a receber foram reclassificados para a rubrica de valores a receber relativos a transações de pagamento para adequar a contabilização das transações de pagamento por cartão, de acordo com a Carta Circular 3.828/17. A partir de junho de 2022 passamos a apresentar esta abertura na nota explicativa. Estes valores referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às transações com cartão de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
AA	-	60.070	41.053	-	-
A	0,50	794.312	714.158	3.972	3.571
B	1,00	752.680	701.847	7.526	7.019
C	3,00	264.002	166.314	7.920	4.989
D	10,00	53.161	24.811	5.316	2.481
E	30,00	24.676	12.354	7.403	3.706
F	50,00	12.259	6.640	6.129	3.320
G	70,00	16.148	10.309	11.304	7.216
H	100,00	39.136	19.954	39.136	19.954
Total		2.016.444	1.697.440	88.706	52.256

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 367.199 (dezembro de 2021 - R\$ 239.748) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 3.595 (dezembro de 2021 - R\$ 2.800) conforme Nota 14.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2022				31/12/2021	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	22.110	248.846	369.475	424.580	1.065.011	865.989
Rural	194	22.042	131.550	284.729	438.515	419.370
Industrial	338	9.026	8.733	11.795	29.892	23.644
Comércio	4.150	84.305	94.426	111.302	294.183	245.937
Habitacional	-	11	24	922	957	-
Pessoas jurídicas	5.300	47.393	60.185	75.008	187.886	142.500
Total	32.092	411.623	664.393	908.336	2.016.444	1.697.440

Total circulante	1.108.108	833.028
Total não circulante	908.336	864.412

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2022	%	31/12/2021	%
10 maiores devedores	54.255	2,69	59.708	3,52
50 devedores seguintes	122.635	6,08	127.233	7,50
100 devedores seguintes	142.201	7,05	136.335	8,03
Demais	1.697.353	84,18	1.374.164	80,95
Total	2.016.444	100,00	1.697.440	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	68.102	52.256	44.233
Constituição de provisão	52.393	91.912	53.303
Reversão de provisão	(22.248)	(38.297)	(33.628)
Movimentação de baixados para prejuízo	(9.541)	(17.165)	(11.652)
Saldo final	88.706	88.706	52.256

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e títulos descontados	143.493	255.710	126.634
Financiamentos	28.900	51.109	26.018
Financiamentos rurais e agroindustriais	16.887	32.836	21.651
Financiamentos habitacionais	20	20	-
Outros	116	195	191
Subtotal	189.416	339.870	174.494
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	4.300	8.403	9.105
Total	193.716	348.273	183.599

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 31.902 (2021 - R\$ 22.098).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 07)	118.882	93.398
Rendas a receber	4.303	2.142
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	119	304
Avais e fianças honrados (Nota 07)	641	191
Transações com cartão de crédito	7.585	7.830
Devedores por depósitos em garantia (Nota 15)	253	259
Total	131.783	104.124

Total circulante	131.288	103.638
Total não circulante	495	486

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a receber relativos as transações de pagamento, sejam de associados ou do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Os valores a receber relativos a transações de pagamento referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às operações com cartões de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros valores e bens	688	294
Adiantamentos e antecipações salariais	209	180
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	1.999	685
Adiantamentos para Confederação Sicredi	986	849
Cotas de consórcio	213	347
DI a repassar - Central	1.054	319
Impostos e contribuições a compensar	482	510
Pendências a regularizar	75	659
Portabilidades	-	33
Valores em análise pela SFG	456	213
Outros	531	380
Total circulante	6.693	4.469

Pendências a regularizar	10	-
Outros valores e bens	2.066	2.319
Total não circulante	2.076	2.319
Total	8.769	6.788

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	2.684	2.647
Imóveis	2.262	2.499
Veículos e afins	422	148
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(9)	(59)
Despesas antecipadas	79	25
Total	2.754	2.613

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(59)	(94)
Constituição de provisão	(5)	-
Reversão de provisão	55	35
Saldo final	(9)	(59)

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	74.709	(21.218)	53.491	30.281
Imobilizações em curso	-	21.183	-	21.183	5.834
Terrenos	-	2.372	-	2.372	2.175
Edificações	4%	6.726	(2.701)	4.025	4.307
Instalações	10%	2.084	(834)	1.250	1.154
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	14.315	(6.043)	8.272	6.061
Móveis e equipamentos	10%	10.776	(5.233)	5.543	3.803
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	2.198	(855)	1.343	835
Equipamentos de processamento de dados	20%	11.382	(4.679)	6.703	5.787
Veículos	20%	3.673	(873)	2.800	325

Intangível		22.216	(16.702)	5.514	5.859
Investimentos Confederação	20%	22.216	(16.702)	5.514	5.859

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2022				31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	410.337	-	-	410.337	454.412
Depósitos interfinanceiros	62.796	111.460	56.585	230.841	132.930
Depósitos a prazo	1.344	1.129	772.981	775.454	472.555
Total	474.477	112.589	829.566	1.416.632	1.059.897
Total circulante				587.066	519.284
Total não circulante				829.566	540.613

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Repasses interfinanceiros	1.025.048	573.707
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-	3
Total	1.025.048	573.710

a) Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2022				31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	32.120	293.469	523.408	848.997	518.435
Total - Recursos do Crédito Rural	32.120	293.469	523.408	848.997	518.435
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	9.207	4.964	161.880	176.051	55.272
Total - Outros Recursos	9.207	4.964	161.880	176.051	55.272
Total				1.025.048	573.707
Total circulante				339.760	180.389
Total não circulante				685.288	393.318

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 15,4% a.a. com vencimentos até 10/11/2032, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2022				31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.933	5.203	7.136	8.831
Total	-	1.933	5.203	7.136	8.831
Total circulante				1.933	1.452
Total não circulante				5.203	7.379

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para garantias financeiras prestadas	845	1.104
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	4.663	-
Recursos em trânsito de terceiros	2.676	2.980
Total circulante	8.184	4.084
Provisão para garantias financeiras prestadas		1.696
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco		-
Total não circulante	48.421	1.696
Total		5.780

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos de letras financeiras emitidas com cláusula de subordinação com vencimentos até 2032, pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, cujos juros são pagos semestralmente.

NOTA 15 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	Provável	50	67
Cível	Provável	674	570
Tributária	Provável	-	2
Total não circulante		724	639

Natureza	31/12/2021	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2022
Trabalhista	67	226	(243)	50
Cível	570	657	(553)	674
Tributária	2	-	(2)	-
Total não circulante	639	883	(798)	724

Em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 0, R\$ 1.395 e R\$ 3.509 (dezembro de 2021 - R\$ 67, R\$ 1.075 e R\$ 0), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento processos números 1264192 e 895632 , versando sobre matéria tributária em que se discute o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS). Os processos encontram-se aguardando julgamento. Os valores estimados de R\$ 3.272 e R\$ 238 respectivamente , cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 253 (dezembro de 2021 - R\$ 259), registrados na rubrica de “Outros Ativos Financeiros”, os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Transações com cartões de crédito	129.210	99.665
Provisão para pagamentos a efetuar	7.508	5.381
Cotas de capital a pagar	8.005	7.200
Provisão para participações nos lucros	12.533	8.313
Fundo de assistência técnica, educacional e social	5.186	6.489
Fundos voluntários	6.903	7.052
Impostos e contribuições a recolher	2.916	1.720
Credores diversos	6.650	5.728
Credores por recursos a liberar vendedores de imóveis	351	-
Cheques administrativos	300	584
Cobrança e arrecadação de tributos	497	1.278
Pendências a regularizar	88	39
Total	180.147	143.449

Total circulante	180.147	143.449
------------------	---------	---------

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasses dos custos sobre a carteira de adquirência).

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

Em 2022, as propostas de crédito imobiliário passaram a ser vinculadas diretamente à carteira das cooperativas ao invés do Banco Sicredi. Na conta são registrados os valores de recursos a liberar aos vendedores, referentes aos contratos do imobiliário.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	133.133	118.469
Total de associados	93.365	77.735

Em 31 de dezembro de 2022, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 14.664 (dezembro de 2021 – R\$ 2.644), sendo R\$ 13.618 (dezembro de 2021 – R\$ 4.483) via integralização de resultados e R\$ 7.441 (dezembro de 2021 – R\$ 5.020), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 6.395 (dezembro de 2021 – R\$ 6.859).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 12% em Conta Capital, no montante de R\$ 14.191 (dezembro de 2021 – R\$ 4.588), calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/09, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados, a partir do resultado líquido antes das destinações estatutárias, de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 45% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	121.993	93.881
Participação nas sobras	(12.627)	(8.393)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	109.366	85.488
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(44.840)	(38.470)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	43.795	37.805
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	5.818	2.065
Demais adições e exclusões previstas na legislação	180	(57)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	4

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e retornou para 15% a partir de janeiro de 2022. A partir de agosto, a Lei 14.446/2022 trouxe uma majoração de 1% na alíquota das instituições financeiras, com vigência até dezembro de 2022.

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	16.509	17.161
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	1.003.307	280.987
Centralização financeira (Nota 04)	107.295	170.395
Outros ativos financeiros (Nota 08)	3.623	2.024
Outros ativos (Nota 09)	2.040	1.168
Intangível (Nota 10)	5.514	5.859
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	230.841	132.930
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	1.025.048	573.707
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	7.136	8.831
Outros passivos (Nota 16)	120.511	93.831
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	50.334	-
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	70.235	12.735
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 21)	10.560	13.245
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	1.230	397
Ingressos de depósitos intercooperativos	26.075	7.806
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 20)	37.666	2.188
Operações de empréstimos e repasses	78.461	21.770
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	4.840	3.313
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	21.318	15.739

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2022	% em relação ao total	31/12/2021
Depósitos à vista	240	0,06%	162
Depósitos a prazo	997	0,13%	491
Operações de crédito	7.909	0,42%	6.568

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Pessoas chave da administração	4.840	4.242

NOTA 20 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos interfinanceiros	16.588	31.406	2.188
Depósitos de aviso prévio	20	45	21
Depósitos a prazo	44.990	73.282	17.175
Letras financeiras	4.312	6.260	-
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	893	1.631	1.302
Total	66.803	112.624	20.686

NOTA 21 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Cartões	12.359	24.339	20.033
Cobrança	1.498	2.971	3.051
Consórcios	1.763	3.242	2.897
Convênios	639	1.362	1.197
Distribuição de produtos e serviços bancários	5.284	10.143	12.828
Processamento da compensação	30	58	87
Seguros	7.161	12.920	9.467
Taxas e tarifas	688	1.552	1.516
Antecipação de recebíveis	827	907	1.087
Outros serviços	111	260	211
Total	30.360	57.754	52.374

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	20.199	35.662	25.691
Benefícios	9.060	15.222	9.586
Encargos sociais	7.926	13.325	10.111
Treinamentos	34	70	35
Total	37.219	64.279	45.423

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Água, energia e gás	647	1.511	1.735
Aluguéis	2.578	4.205	2.887
Comunicação	969	2.016	1.910
Manutenção e conservação	1.556	3.067	2.629
Material de expediente	950	1.505	1.354
Processamento dados	2.602	5.361	3.082
Propaganda e publicidade	385	793	607
Promoções e relações públicas	4.563	7.579	4.030
Serviços do sistema financeiro	1.732	3.238	3.656
Assessoria e consultoria	107	127	109
Auditoria externa	41	41	41
Serviços jurídicos	66	269	149
Serviços de terceiros	1.011	2.232	2.271
Serviços de técnicos especializados	4.696	9.372	7.373
Serviços de vigilância e segurança	1.160	2.270	1.852
Serviços de transportes	2.251	4.398	3.545
Depreciação	2.800	5.424	3.778
Amortização (Rateio Confederação)	1.100	2.091	2.126
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	3.960	5.810	1.846
Emolumentos e taxas diversas	315	798	495
Ressarcimento tarifas	90	168	150
Seguros	157	237	756
Outras despesas administrativas	2.721	4.830	3.519
Total	36.457	67.342	49.900

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Absorção de dispêndios - FATES	3.960	5.810	1.841
Utilização de fundos voluntários	2.383	5.416	2.697
Lucros na alienação de valores e bens	71	242	330
Recuperação de encargos e despesas	2.642	3.883	1.298
Reversão de provisões operacionais	303	650	694
Reversão de provisões impostos folha	1.499	1.977	1.464
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	1.038	1.893	2.600
Reversão de provisões para passivos contingentes (Nota 15)	441	798	1.292
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	1.801	3.581	1.737
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	104	207	127
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	455	1.011	188
Outras rendas operacionais	898	1.042	729
Total	15.595	26.510	14.997

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.359	1.953	1.705
Contribuições Cooperativistas	107	195	156
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	319	614	473
Contribuição Confederação Sicredi	8.523	15.243	10.722
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.439	2.559	2.240
Encargos da administração financeira	2	3	2
Prejuízo na alienação de valores e bens	13	54	17
Provisões para garantias financeiras prestadas	1.675	2.689	1.714
Provisões para passivos contingentes (Nota 15)	539	883	267
Outras provisões operacionais	1.347	2.284	1.629
Operações com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	5.107	9.670	6.724
Risco operacional	1.369	2.440	2.025
Juros e comissões	-	-	13
Tarifa serviços folha pagamento servidores	5	9	4
Distribuição de produtos e serviços bancários	293	582	-
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	341	679	83
Outras despesas operacionais	1.028	1.881	2.508
Total	23.466	41.738	30.282

NOTA 26 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes das destinações	58.665	109.366	85.492
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	58.665	109.366	85.492

NOTA 27 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de garantias prestadas	367.199	239.748
Total	367.199	239.748

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais;
- Identificação, coleta e tratamento de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização; • Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades”.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

- Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
 - Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
 - Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
 - Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

- Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:
- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
 - O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
 - Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
 - Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
 - Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Relatório das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	507.820	387.065
Nível I (NI)	457.487	387.065
Capital principal - CP	457.487	387.065
Capital social	133.133	118.469
Reservas de capital	284.914	237.369
Sobras acumuladas	44.954	37.086
Ajustes Prudenciais	(5.514)	(5.859)
Nível II (NII)	50.333	-
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	50.333	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.602.987	1.907.066
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	5.311	16.367
Margem de Capital	229.195	179.992
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,51%	20,30%
Situação de Imobilização (Imob)	53.491	30.282
Índice de Imobilização (Imob / PR)	10,53%	7,82%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2022, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

I) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração das Cooperativas Singulares durante o exercício de 2022.

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

a) Resumo do Plano de Implementação:

- Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps);
- Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias;
- Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo, etc.;
- Fase IV (2023/2024): Testes e implementações.

Salientamos, que em caso de emissão de normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21 pelo Banco Central do Brasil, será necessário a revisão do plano de implementação.

Edson Elvio Arrial
Diretor Executivo
CPF: 486.705.610-34

Vilma Aparecida Dos Santos Ribeiro
Diretora de Operações
CPF: 390.248.731-34

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Juína / Mato Grosso, 02 de março de 2023

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Carlos Antonio Procopio
Conselheiro

Gesiane Paula Ronsoni
Conselheira

Oswaldo Rauber
Conselheiro

Este documento foi assinado digitalmente por Carlos Antonio Procopio, Oswaldo Rauber e Gesiane Paula Ronsoni.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 7FF3-7A57-6FCE-4BA5.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sicredi. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7FF3-7A57-6FCE-4BA5> ou vá até o site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7FF3-7A57-6FCE-4BA5



Hash do Documento

18C9B36ABC3923D2476D16A554B187947DBF5F6EB3C0DDF19E8A49FEC60092C7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/03/2023 é(são) :

- ☒ Carlos antonio Procopio (Conselheiro Fiscal) - 550.809.281-15
em 06/03/2023 13:09 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

- ☒ Osvaldo Rauber (Conselheiro Fiscal) - 429.756.111-53 em
02/03/2023 15:26 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

- ☒ Gesiane Paula Ronsoni (Conselheira Fiscal) - 016.462.401-54 em
02/03/2023 12:29 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - GESIANE P RONSONI -
15.359.881/0001-09



